



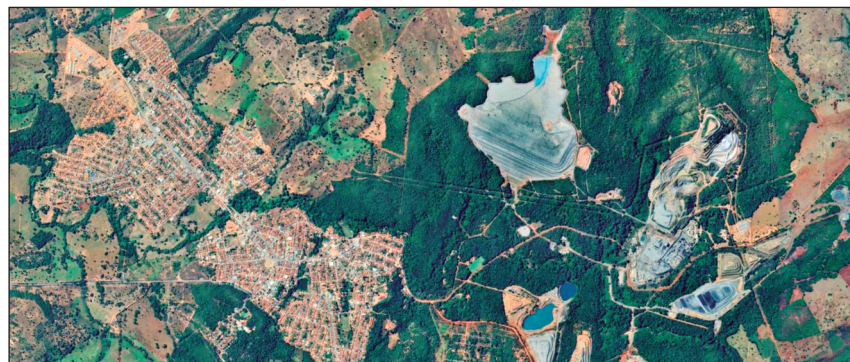
TRIBUNA DO PLANALTO

ANO 38 - Nº 1.821 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 30 DE NOVEMBRO
A 6 DE DEZEMBRO DE 2025
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

MINERAÇÃO

Tensão marca negociações para TAC com mineradoras em Crixás

Divulgação



Acordo trata de danos ambientais provocados ao longo de três décadas pela Mineração Serra Grande, alvo de ação do MP no valor de R\$ 410 milhões. **Página 6**

ELEIÇÕES 2026

Movimentação revela diferentes estágios entre pré-candidatos ao governo de Goiás

Vice-governador Daniel Vilela ampliou apoios e fortaleceu a base governista e nomes da oposição enfrentaram divergências internas e dificuldade para avançar em suas articulações. **Página 8**



Secom

ENTREVISTA

MÁRIO NETO

Diretor-executivo do Instituto Grupom

Daniel tem um padrinho político muito forte, mas vai ter que mostrar a que veio

O governador vai conferir muita força ao nome de Daniel Vilela, mas a construção da viabilidade do nome do vice-governador para o Palácio das Esmeraldas vai depender muito mais da sua capacidade de construir pontes políticas e criar um discurso próprio do que exclusivamente do apoio de Ronaldo Caiado, afirma o entrevistado. **Páginas 4, 5**

Divulgação



COMPENSAÇÃO

Goiás reforça receita em 11% e amplia participação da mineração

Denise Xavier



Estado se firma como terceiro maior arrecadador de royalties da mineração no país em 2025, atrás apenas de Minas Gerais e Pará. **Página 9**

Secom

ESCOLA

Goiânia estabelece novo sistema de matrículas para 2026



Prefeitura substituiu o modelo de "corrida por vagas" por um sistema de pontuação que beneficia crianças em situação de vulnerabilidade. **Página 12**

Divulgação

TRIBUNA POLÍTICA

Não há um terceiro cenário para 2026



Kassab aposta na candidatura de Tarcísio ou em diversas candidaturas para forçar o segundo turno contra Lula. **Página 3**

Divulgação



EDITORIAL

SOS
Saúde

A Operação Check-up 192, deflagrada na sexta-feira (28) pela CGU e pela Polícia Federal, reacende um problema tão antigo quanto indignante: a facilidade com que recursos vitais para a saúde pública são desviados, superfaturados ou simplesmente desperdiçados enquanto a população enfrenta filas, demora no atendimento e ambulâncias sucateadas. As suspeitas que pairam sobre a manutenção da frota do SAMU em Goiânia — serviços simulados, notas frias, reparos clandestinos e veículos parados que, ainda assim, geravam despesas — revelam um ciclo de irresponsabilidade que transcende gestões e partidos. Trata-se de uma ferida estrutural.

Independentemente de quem ocupa o gabinete do Paço Municipal, o resultado para o cidadão é sempre o mesmo: ambulâncias que não chegam, atendimentos que falham, vidas colocadas em risco. A cada nova operação, repete-se o enredo de contratos emergenciais mal explicados, tentativas de burlar recomendações de órgãos de controle e uma máquina pública que parece tolerar desvios como se fossem parte da rotina. E não podem ser.

É louvável que a atual administração declare colaboração plena com os órgãos de fiscalização. Também é legítimo que ex-gestores busquem se diferenciar de atos cometidos por subordinados. Mas nenhuma justificativa — política, técnica ou burocrática — é suficiente para encobrir a realidade cruel: quando o dinheiro da saúde é malversado, quem paga é quem mais precisa do Estado.

Infelizmente, a sociedade goianiense já viu esse filme demasiadas vezes. É hora de romper o ciclo. Que as investigações avancem com rigor, que os responsáveis sejam efetivamente punidos e que a saúde pública finalmente deixe de ser terreno fértil para oportunistas. Basta de desperdício, basta de descaso. A população merece um serviço de urgência à altura da sua dignidade.

ARTIGO

Operação Slim e a manipulação de medicamentos emagrecedores

A Operação Slim, deflagrada pela Polícia Federal, em São Paulo, na Bahia, no Rio de Janeiro e em Pernambuco, que teve como alvo um médico responsável por uma empresa acusada de falsificar o medicamento de emagrecimento Mounjaro, com um grande estoque pronto para ser comercializado, suscita uma perigosa confusão ao consumidor acerca da manipulação acerca desse produto que tem sido cada vez mais procurado.

Diante da evidência e holofotes que esses medicamentos emagrecedores ganham atualmente, é fundamental haja um esclarecimento sobre o que

pode e o que é proibido à luz da legislação.

A manipulação de produtos estéreis em farmácias não fere a lei de patentes e não configura violação, como dita o artigo 43, III da Lei de Propriedade Intelectual. Nesse sentido, cabe detalhar ainda que, quando uma farmácia de manipulação opera com produtos estéreis, é inviável a produção de uma única ampola, um único colírio, por exemplo, porque os laudos de esterilidade e endotoxinas devem ser conduzidos a cada produção.

Essas farmácias de manipulação, vale ressaltar, não operam

com larga escala, mas fazem o chamado Planejamento e Controle de Produção (PCP), com base numa demanda estimada de prescrições médicas.

Em agosto deste ano, um despacho da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) gerou interpretações equivocadas sobre a possibilidade de manipulação de medicamentos indicados para diabetes e obesidade no Brasil, como a tirzepatida.

Houve um endurecimento de regras por parte da Anvisa para a importação dos insumos e para manipulação desses medicamentos, especialmente

é um espelho que reflete automaticamente o sentido das coisas existentes neste mundo. Algo pode ser dito e não necessariamente compreendido, ou pode ser entendido de outro modo.

Outro problema é que a pergunta e o questionamento do estudante funcionam como intromissão nas formas de conduzir as aulas, restringindo o espaço para expansão do pensamento e das formas de ser. E o aspecto fundamental é o desafio de saber lidar com interesses e desinteresses dos alunos pela educação escolar, especialmente quando se leciona para a juventude.

O conceito de "aula como conversa" surge em resposta a esses desafios, sendo compreendido como "espaço para debates" que "produz entendimentos por meio da comunicação". Ela é aberta a perguntas e a conjecturas do outro, a afetar e ser afetado. O entendimento funciona como resposta ao espaço de abertura ao contraditório, à busca por "algo a mais" que dependa do outro para existir.

Metodologicamente, a ideia é planejar como sensibilizar e despertar a curiosidade do outro para aprender algo que inicial-

mente não desejava, mas que pela reelaboração do conhecimento feita, passa a interessá-lo e afetá-lo. Incentivar os educandos a perguntarem o que sabem e o que não sabem para ler, escrever e desenvolver o pensamento crítico de forma integrada. E defender a necessidade de avaliar a aprendizagem conforme as professoras alfabetizadoras, que utilizam a "prática guiada" como parte do processo avaliativo.



Sergio Felipe Moraes é doutorando e mestre em Ensino de História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de especialista em Educação Tecnológica (Cefet-RJ). É autor do livro "Aula como conversa", no qual propõe uma metodologia para atravessar os desafios da educação no mundo contemporâneo.



Claudia de Lucca Mano é advogada e consultora empresarial atuando desde 1999 na área de vigilância sanitária e assuntos regulatórios, responsável pelo setor jurídico da Farmacann – Associação para Promoção da Cannabis Medicinal Manipulada/Magistral e do departamento jurídico da Associação Nacional de Magistral de Estéreis - ANME



Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto
de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: AV. ANHANGUERA, SALA 1601, QD 74 LT 9A/11 - PALACIO DO COMERCIO - CEP 74.043-010 / Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagyn@gmail.com

Dhayane Marques
dhayanemarquess@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto



PODER



Andreia Bahia
abahiagyn@gmail.com

**Tribuna
Política**

Assunto da semana

A entrevista que a advogada e empresária Ana Paula Rezende (MDB) concedeu à Tribuna do Planalto na edição anterior repercutiu na maioria dos veículos de comunicação de Goiás. A candidatura da filha de Iris Rezende ao Senado saiu do campo da eventualidade para ser tratada como fato, tanto que o nome dela já deve ser incluído nas próximas pesquisas de intenção de voto, acredita Mário Neto, da Grupom, em entrevista desta edição.

Até Wilder

O senador Wilder Moraes (PL) visitou o Memorial Iris Rezende, objeto da insatisfação de Ana Paula com os políticos goianos, principalmente com o MDB e o presidente da legenda, Daniel Vilela. Wilder é pré-candidato ao Governo de Goiás e provável adversário de Daniel.

Competitivo

O ex-governador Marconi Perillo deixou o comando do PSDB Nacional depois de dois anos no comando do partido. Aécio Neves vai suceder o goiano no próximo biênio. Marconi vai se dedicar agora à pré-campanha ao governo do estado e especialistas apontam sua candidatura como competitiva em Goiás.

Apoio a Tarcísio

Ao tomar posse, Aécio Neves sinalizou que o PSDB pode fechar apoio ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), caso ele concorra à Presidência no ano que vem, desde que ele não seja "candidato apenas de Bolsonaro".

Inquilinos da Casa Verde

Ana Cláudia Rocha e Bruno Rocha lançam atualização do livro Os Inquilinos da Casa Verde, de Hélio Rocha, de 1998. A nova versão avança ao período de Ronaldo Caiado passa a cobrir de 1937 a 2025. O lançamento será dia 17 de dezembro, no Espaço Cultural Carmo Bernardes.

“Não há um terceiro cenário para 2026”

Divulgação



Gilberto Kassab, presidente nacional do PSD e uma dos políticos mais importantes do Brasil no momento, trabalha com dois cenários para a eleição presidencial de 2026. O presidente Lula é candidato à reeleição nas duas, não porque é favorito, ressalta Kassab, mas porque é competitivo. O campo da direita tem como alternativa Tarcísio de Freitas (Republicanos), governador de São Paulo, todavia, afirma Kassab, ele só sai candidato se muitas premissas

forem atendidas, e uma delas é que seja candidato único. Se ele não for candidato, até porque tem a reeleição em São Paulo garantida, a direita deve lançar diversos candidatos para provocar o segundo turno. Nesse segundo cenário, Kassab cita as candidaturas de Ronaldo Caiado (UB), Ratinho Júnior ou Eduardo Leite (ambos PSD), Eduardo Bolsonaro (PL) e Romeu Zema (Novo). Não há um terceiro cenário, afirmou Kassab em entrevista ao economista Felipe Salto.



Antonio Augusto/STF

Sobre o peso de Jair Bolsonaro na eleição, Kassab afirma que tanto o ex-presidente como Lula têm um peso muito grande, “mas vai ganhar as eleições aquele que avançar mais para o centro”.

Poder e fé

A vereadora por Goiânia, Aava Santiago (PSDB), e o deputado federal pelo Rio de Janeiro, Pastor Henrique Vieira (PSOL), estão com um podcast novo no ar, O Poder e a Fé, descrito como “um programa que nasce como resposta direta ao avanço da manipulação religiosa na política e ao esvaziamento do debate espiritual honesto no Brasil”. Os parlamentares se propõem a discutir temas como o enriquecimento de lideranças religiosas às custas da fé popular, a adultização de crianças nos púlpitos, as masculinidades tóxicas legitimadas por interpretações tortas das escrituras e os mecanismos de poder que estimulam o medo espiritual para manter controle sobre fiéis.



1 Aprovado

o projeto de lei da deputada estadual Bia de Lima (PT) que cria a Política Estadual de Combate à Evasão Escolar de Mães e Pais Adolescentes.



2 A política

será implementada por meio de ações articuladas entre as secretarias de Estado da Educação, Saúde, Assistência Social e demais órgãos competentes.



3 Prevê

capacitação de professores e profissionais da educação; programas de apoio psicossocial e orientação para os adolescentes e pais; e criação de programas de incentivo à permanência escolar

Surpresa ruim

O vereador Lucas Kitão (UB), questionado sobre os cenários eleitoral nacional para 2026, disse ter ficado surpreso com as declarações de ACM Neto (UB), “porque eu via ACM sempre muito próximo e sempre defendendo o governador (Ronaldo Caiado)”. O cenário é mesmo de incerteza nesse ponto, afirma Kitão. “A única certeza que temos é que o Caiado é candidato de todas as formas, sendo no União ou não.”

Quem diria

Kitão se refere a uma notícia que circulou nos veículos de comunicação da Bahia, dando conta de que ACM Neto teria dito a aliados durante uma reunião fechada com parlamentares que Ronaldo Caiado não teria se viabilizado nacionalmente e que sua distância de Jair Bolsonaro pesaria contra ele. E mais, que a federação UB-PP dará base sólida à candidatura de Tarcísio de Freitas ao Palácio do Planalto. Segundo as notícias, ACM Neto teria inclusive antecipado uma suposta saída de Caiado do UB. O político baiano lançou a candidatura de Caiado na Bahia.

J&F e a tilápia do Vietnã

O grupo empresarial J&F, dos irmãos Wesley e Joesley Batista, entrou na mira do senador Izalci Lucas (PL) esta semana, que criticou o governo Lula por favorecer amigos e retomar supostos esquemas de corrupção envolvendo o grupo. Izalci denunciou a atuação da Âmbar Energia, empresa da J&F, que comprou termoelétricas em crise no Norte do país e teria sido beneficiada por uma medida provisória do governo federal, que transferiu custos para a conta de luz de todos os brasileiros, garantindo lucro para a empresa privada. Citou também o programa “Meu INSS Vale +”, gerido pelo banco PicPay, também da J&F, até a suspensão por supostas cobranças indevidas de aposentados, e criticou a importação de tilápia do Vietnã pela J&F, que teria prejudicado os produtores nacionais.

IA, WhatsApp e eleições

De acordo com o relatório “Digital 2024: Brazil”, havia 187,9 milhões de usuários de internet no Brasil no início de 2024, o que representa uma penetração de 86,6% da população, e 144 milhões de usuários de redes sociais, 66,3% da população. WhatsApp e Telegram terão papel central nas campanhas eleitorais. A inteligência artificial, por sua vez, acelera a produção de conteúdos audiovisuais e textos, trazendo ganhos de produtividade. Todavia, disparos em massa, dados sem consentimento ou conteúdos de origem duvidosa não são mais tolerados pela Justiça Eleitoral.



MÁRIO NETO

“Metade dos eleitores não sabe em quem votar”

Andréia Bahia

Nesta entrevista exclusiva, o analista político traça um panorama sem filtros sobre a disputa rumo a 2026 em Goiás. Ele explica por que a segurança pública — apesar de esgotada pelo governo Caiado — pode voltar com nova roupagem, quais temas realmente preocupam o eleitor goiano, e por que metade da população ainda não sabe em quem votar. A conversa destrincha a possível força eleitoral de Ana Paula Rezende, a redução da rejeição de Marconi Perillo, a dependência de Daniel Vilela em relação ao padrinho político e o impacto da prisão de Bolsonaro no tabuleiro nacional. Além disso, revela como as campanhas digitais ainda são mal compreendidas, quais eleitores realmente se deixam influenciar pelas redes sociais e por que a polarização deve persistir, mesmo sem um dos seus principais líderes.



Mário Neto

Diretor-executivo
do Instituto Grupom

TRIBUNA DO PLANALTO

No cenário nacional, a segurança pública deve ser o principal tema das campanhas eleitorais. Você acha que Goiás vai seguir a mesma lógica, considerando que o governador Ronaldo Caiado (UB) já quase praticamente esgotou essa pauta?

MÁRIO NETO

O tema da segurança pública é muito caro à população brasileira como um todo. No caso de Goiás, a situação é um pouco diferente, tanto pela narrativa quanto pelas entregas que o governador Ronaldo Caiado fez em relação a esse tema. A grande questão é: como vai ser utilizada nacionalmente, a questão da segurança pública pode retornar de uma outra forma em Goiás, questionando, por exemplo, a presença de facções do Estado, as apreensões que são feitas por aqui e um discurso antigo de que Goiás seria uma rota para essas facções ou para o tráfico. Mesmo que essa narrativa já tenha sido tratada de forma quase exaustiva pelo governador Ronaldo Caiado, ela pode aparecer na eleição estadual com uma outra roupagem: o que acontecerá com a segurança pública do estado de Goiás com um novo governador? Será mantida a mesma ordem, será mantido o mesmo nível de entrega dos programas? ou alguma coisa pode mudar. É uma situação de risco que se pode olhar

nesse sentido.

E quais outros temas devem ser relevantes em Goiás, além da segurança pública?

Além da segurança pública, temas que são muito caros à população goiana passam pelo atendimento à saúde, e isso é histórico nos últimos estudos que fizemos relacionados a necessidades da população; a saúde pública é realmente uma das questões que apareciam com maior constância em primeiro lugar. Depois acabou sendo suplantado pela segurança pública. A saúde vai ser importante na próxima eleição, principalmente porque existe aquele conflito do como está ou como poderia estar a saúde pública, principalmente estadual. Outro tema que vai ser importante e que está no nosso radar é a empregabilidade e principalmente o empreendedorismo para os mais jovens. Nós temos uma camada grande da população que tem buscado oportunidades de trabalho e não necessariamente está encontrando. "Goiânia principalmente está vivendo um pleno emprego." Sim, mas faltam prestadores de serviço, faltam profissionais especializados e há muita gente em casa que não está trabalhando. Nos dados do IBGE, a situação dos jovens que nem trabalham nem estudam de Goiás é muito próxima da média

Existem algumas conversas de uma possível união entre PL e União Brasil, o que mudaria esse quadro. Mas isso faz parte do reino das conjecturas.

nacional. Então, isso é algo que deve ser importante dentro da campanha de 2026.

Ana Paula Rezende (MDB), em entrevista à Tribuna do Planalto, mostrou-se interessada em disputar a segunda vaga do Senado. É possível que ela venha a herdar os votos do pai, Iris Rezende?

Herdar automaticamente não é algo que acontece. Entretanto, o nome dela é muito forte e não se pode desconsiderar isso de maneira nenhuma. E os emedebistas de tradição irista ou mesmo aquelas pessoas que sentem falta da figura do Iris Rezende na política goiana, podem enxergar em Ana Paula uma situação de continuidade do trabalho do pai. Ela pode se beneficiar disso,

sim. Não é automático, isso é uma coisa que vai ter que ser trabalhada em níveis comunicacional e de campanha, mas ela tem essa possibilidade e entraria dentro do processo eleitoral fortalecida. Nós não temos números nesse momento, mas nas próximas pesquisas onde isso for testado, a gente vai poder checar melhor essa hipótese.

O que as pesquisas apontam em relação à viabilidade da candidatura de Marconi Perillo (PSDB)?

Eu acredito que, por toda a movimentação política que o ex-governador tem feito, ele é candidato. O que deve ser avaliado é a viabilidade do nome do ex-governador Marconi Perillo ao governo do estado, considerando o contexto da campanha eleitoral de 2026 e a capacidade que ele terá de reunir lideranças e formar um grupo que dê apoio ao seu nome na campanha. Dito isso, temos que olhar, por exemplo, os últimos resultados de pesquisas feitas em Goiás. Em todas elas ele aparece, neste momento, com uma intenção de voto que não é desprezível, ele praticamente se encontra nas portas de um segundo turno, e um dado que é muito interessante é que, ao longo das medições que tanto a Grupom fez quanto as outras empresas de pesquisa têm feito, a rejeição de Marconi Perillo tem diminuído ao longo do tempo. Ou seja, aquele sentimento antigo

em relação a ele e que acabou provocando um conjunto de resultados desfavoráveis em eleições passadas pode estar minguando com o tempo. Ele não é um nome que deve ser desconsiderado do páreo. Provavelmente ele tem números e tem análise em relação a isso e eu não o descartaria como sendo um candidato real, dentro dessa possibilidade.

Até o momento, o cenário eleitoral aponta para a possibilidade das candidaturas de Daniel Vilela (MDB), Wilder Moraes (PL), Marconi Perillo e José Eliton (sem partido), representando o campo mais à esquerda. Esse cenário deve avançar até a eleição?

Considerando as informações e aquilo que se tem até o presente momento, esse é um cenário mais provável dos principais competidores do primeiro turno. Existem algumas conversas de uma possível união entre PL e União Brasil, o que mudaria esse quadro. Mas isso faz parte do reino das conjecturas. Temos que trabalhar com fatos reais. Quando os nomes decidirem ou as movimentações acontecerem, pode-se fazer uma avaliação mais criteriosa. Mas dada a movimentação, as declarações e os números que temos observado até o presente, esse é o cenário, considerando Daniel, Marconi, Wilder e o Zé Eliton, como o mais provável de primeiro turno em Goiás.



PODER

Qual a possibilidade de o Daniel Vilela receber os votos do Caiado, considerando inclusive que alguns partidos já anunciaram compromisso com o Caiado e não com o Daniel. Caiado tem possibilidade de transferir seus votos para Daniel?

Transferência de voto é algo que faz mais parte do imaginário do que do mundo real. O que temos observado é que obviamente o governador vai conferir muita força ao nome de Daniel Vilela, mas a construção da viabilidade do nome do vice-governador para o Palácio das Esmeraldas vai depender muito mais da sua capacidade de construir pontes políticas e criar um discurso próprio do que exclusivamente do apoio de Ronaldo Caiado. Ou seja, ele tem um padrinho político muito forte, mas considerando o processo de campanha, vai ter que mostrar a que veio. É visível nas redes sociais, no processo de comunicação do vice-governador, que ele tem trabalhado muito nessa direção de dar solidez ao seu nome, e, de certa forma, uma leve independência ou a capacidade de tomar decisões próprias independentes do governador, exatamente para se firmar como um candidato viável. Mas essa é uma construção que ainda precisa ser feita. Quando olhamos os resultados das últimas pesquisas divulgadas sobre a disputa ao governo do Estado, o que se nota é uma estabilização do crescimento do vice-governador. Ou seja, só o nome e só a presença, a força do governador, neste momento têm levado ou levou o nome de Daniel Vilela a um determinado patamar. De agora para frente, esse apoio vai fazer diferença, ele vai continuar contribuindo, mas muito do esforço fica focado na própria capacidade do Daniel de construir o seu caminho.

A dificuldade de Ronaldo Caiado em se tornar conhecido está relacionada a ele, é uma questão geográfica de Goiás ou há outros elementos que explicam essa dificuldade que ele encontra na pré-candidatura?

Goiás, do ponto de vista eleitoral e populacional, não é representativo. O estado não confere ao governador Ronaldo Caiado uma base grande o suficiente para dizer que ele tem pleno apoio. A questão geográfica para a campanha ou para a pretensão de Ronaldo Caiado à presidência da República impacta de forma significativa. Da mesma forma, são os acordos e arranjos políticos que são característicos do

cargo. Nós estamos pensando em um governador de um estado - vamos chamar de periférico dentro do contexto nacional - que tem brigado por espaço dentro do próprio partido para se viabilizar. Existem outros nomes, existem outras dinâmicas dentro do mundo político e acho que, principalmente, outros interesses que tornam a viabilidade de uma campanha de Ronaldo Caiado à presidência algo complexo. De certa forma, ele tem lutado para driblar isso com a possibilidade de troca de partido, mas é aquela escolha complexa de ser feita, porque trocar o União Brasil e a força que o partido tem do ponto de vista nacional por uma outra federação — foi aventada a troca pelo Solidariedade - que tem um papel muito menor, não necessariamente facilita a vida dele, do ponto de vista de uma pessoa que está pensando em ter a vitória no processo eleitoral do ano que vem. Mas entre a previsão e o fato existe um negócio chamado campanha. Lá pelas tantas, algumas coisas que a gente não tem no radar podem acontecer.

Nos últimos anos, as eleições estiveram bastante polarizadas em todo o país. A prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro pode alterar esse quadro em 2026?

Com a prisão de Jair Bolsonaro existe um certo enfraquecimento - podemos analisar assim — um nome forte que representava um grupo específico dentro da direita brasileira saiu de cena. Isso é um fato. Já a polarização é uma situação que temos que observar dentro de uma outra perspectiva. Quando nós olhamos o comportamento do eleitor de direita e de esquerda, podemos entender que essa característica de polarização está, como diz (professor e cientista político) Felipe Nunes, calcificada no eleitorado. O camarada que é de direita passa a ter uma relação afetiva com o conjunto de teologia da direita. É assim da mesma forma com os eleitores da esquerda. Para 2026 é muito provável que haja uma polarização um pouco arrefecida, talvez, mas ainda assim vai se fazer presente. O que não existe é uma discussão que vai depender da própria dinâmica da política, que é: quem serão os representantes de cada uma dessas alas no palco de 2026. Porque o eleitor de direita vai votar num candidato da direita. Quem será esse candidato? É algo que precisa ser escolhido e apresentado. O eleitor de esquerda vai votar num candidato de esquerda. No caso, pen-



Divulgação

“O camarada que é de direita passa a ter uma relação afetiva com o conjunto de teologia da direita. É assim da mesma forma com os eleitores da esquerda.”

sando na eleição nacional, muito provavelmente o presidente Lula. Existe uma parcela do eleitorado que pode mudar de opinião, que acaba sendo a turma que realmente decide, que decidiu a eleição de 2022 e que fez diferença em 2018 também. Essa turma é que vai de fato decidir da eleição. A polarização, o aconchego do eleitor acerca de nomes que representam uma determinada ideologia, nós vamos continuar enxergando isso em 2026, sem dúvida nenhuma.

Pesquisa recente do Grupom, do final de outubro, apontou que 50% dos eleitores goianos não sabem quem votar. A um ano da eleição, o que isso significa?

Isso é uma situação muito interessante, porque é um dado esperado naquele trabalho que divulgamos. O que nós trazemos ali é a não definição dos nomes. Quando se pensa em não definição, a variável, o objeto de análise que interessa é o seguinte: os eleitores não estão preocupados com isso neste momento. A lógica da análise é a seguinte: o voto que é dado nas pesquisas de inten-

ção de voto neste momento não necessariamente reflete a realidade do que o eleitor vai fazer na campanha. Lembrando, a pergunta da intenção de voto é: caso a eleição fosse hoje e considerando que estes os nomes, em quem você votaria? Se eu fizer uma comparação didática, é como se eu perguntasse para uma pessoa que não está com fome o que ela gostaria de comer na hora do almoço, se o almoço fosse agora, e escolhesse entre arroz e feijão. É uma conjectura, é uma possibilidade, considerando as informações que ele tem. Considerando que nós estamos a um ano de eleição, o cenário que está sendo desenhado agora pelas pesquisas mostra muito mais força do nome e lembrança do que a intenção de voto real, e que, ao longo do processo da campanha e do processo comunicacional que existe na pré-campanha, essas variáveis, esse nível de conhecimento vai mudando. Eu gostaria de lembrar, porque é algo importante, se pensarmos na eleição para a prefeitura de Goiânia, nas pesquisas que foram divulgadas em março daquele do ano da eleição, o segundo turno seria travado entre Vanderlan Cardoso (PSD) e Adriana Accorsi (PT), e nenhum dos dois nomes de fato esteve presente no segundo turno. E eram os nomes mais fortes naquele momento nas pesquisas que eram realizadas. Entre a pesquisa, neste momento, a um ano da eleição, e a eleição existe tempo e campanha, e muita coisa pode acontecer, o que pode mudar o quadro.

Como devem se comportar as campanhas digitais no ano que vem, considerando as experiências anteriores e as campanhas contra fake news que foram feitas? Ainda terão o mesmo impacto?

“O MDB irista pode ver a continuidade do trabalho do pai em Ana Paula.”

O terreno da campanha digital é um terreno complexo, de análise complexa, porque nós temos o seguinte: primeiro, existem algumas falácias que a gente precisa quebrar. Não são todos os eleitores que consomem conteúdo político através das redes sociais. Se a gente observar a última pesquisa Quaest que foi divulgada sobre comportamento do eleitor, é clara a evidência de que o consumo do processo comunicacional nas mídias tradicionais ou nas redes sociais depende do grau de instrução, de quem é o candidato e do perfil do eleitor. A campanha nas redes sociais vai acontecer, e existe uma ideia de que ela torna a campanha mais barata ou mais tranquila, o que temos percebido não é verdade. Há um campo aberto ali para divulgação de todo tipo de notícia que não necessariamente é verdade, não existe um método de controle, a não ser o próprio conhecimento dos eleitores em relação às notícias que são consumidas nas redes sociais. E esse aspecto ele não pode perder de vista. Hoje, quem fala melhor nas redes sociais e quem consome mais são os comunicadores de direita. O pessoal da esquerda, de maneira geral, têm mais facilidade de se comunicar pelas vias tradicionais porque esses eleitores consomem mais informações de política das vias tradicionais. Além do processo de comunicação de campanha utilizando as redes sociais, a gente vai ter que olhar primeiro qual é, quem é o meu público-alvo, ou seja, qual é o perfil do eleitor que eu preciso atingir e se esse eleitor consome que tipo de comunicação. A partir daí, eu vou construir uma campanha, um processo de comunicação que seja adequado a este eleitor. A campanha tradicional não morreu, principalmente, existe uma demanda muito grande da presença dos candidatos nos municípios, próximo ao eleitor, numa perspectiva até mais antiga. E a campanha digital vai acontecer com uma eficácia maior para públicos específicos.

Leia mais no site
www.tribunadoplanalto.com.br

MINERAÇÃO

Tensão marca negociações para TAC com mineradoras em Crixás

Ajuste trata da mitigação de passivos ambientais, alvo de ação do MP no valor de R\$ 410 milhões; TAC é condição para que Mineração Serra Grande continue a operar

Carla Borges

Os termos de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para mitigar os passivos de danos ambientais provocados ao longo de três décadas pela Mineração Serra Grande, em Crixás, estão sendo discutidos em clima de tensão e disputa. Foi o que ficou evidente em reunião realizada na segunda-feira (24) na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) com representantes do Ministério Público estadual (MP-GO), da AngloGold Ashanti, grupo responsável pela Mineração Serra Grande Ltda., e da Aura Minerals, grupo interessado em adquirir o controle da operação. As discussões acaloradas ainda não resultaram em consenso.

Em nota à Tribuna do Planalto, a Semad confirmou que houve a reunião, com o



Imagem aérea da barragem e da cidade de Crixás

objetivo de tratar dos passivos ambientais decorrentes do funcionamento do empreendimento. Na audiência, as partes discutiram a redação de um TAC que estabelecerá os parâmetros para mitigação desses passivos. “A assinatura desse TAC é condição para que a mineradora continue a operar”, informou a Semad. O que está em jogo são quase R\$ 450 milhões, só relativos às ações judiciais propostas — uma delas com decisão favorável ao MP desde 2004 — pelo órgão ministerial.

A reportagem procurou as mineradoras AngloGold Ashanti e Aura Minerals na quinta e na sexta-feira antes do fechamento desta edição. A Aura esclareceu, em nota, que “só irá se manifestar acerca de quaisquer assuntos sobre Serra

Grande após a conclusão da operação”. Já a AngloGold Ashanti não respondeu.

EMBARGO

Em agosto deste ano, o MP-GO protocolou ação civil pública no valor de R\$ 410.498.800,00 contra a Mineração Serra Grande Ltda., a Aura Minerals Inc., a AngloGold Ashanti Mineração Ltda. e o Estado de Goiás, com pedido de tutela provisória para embargar imediatamente as atividades minerárias no município de Crixás. Em outra atuação, a instituição pede a liquidação de sentença proferida recentemente para punir vazamento ocorrido em 1994.

A ação civil pública busca pôr fim a práticas ilícitas e lesivas ao meio ambiente natural e cultural da região. Conforme a

instituição, a Mineração Serra Grande desenvolve atividade minerária de forma reiterada, sistemática e deliberada em desacordo com as normas ambientais vigentes, ocasionando danos graves e, em grande medida, irreparáveis ao meio ambiente. Entre os pedidos formulados na ação está a paralisação imediata das atividades das empresas requeridas no município de Crixás sem licença ambiental válida ou em desacordo com eventuais atos autorizativos existentes.

O MP também pede a liquidação provisória de sentença no valor de R\$ 26.439.189,42 contra a Mineração Serra Grande S.A., buscando a cobrança de indenização por danos morais coletivos decorrentes do lançamento de efluentes tóxicos no Rio Vermelho, em Crixás.

HISTÓRICO DE DANOS AMBIENTAIS

A atuação do MP-GO tem como base um histórico de mais de 30 anos de danos ambientais provocados pela Mineração Serra Grande. Em 1994, ocorreu o lançamento irregular e indevido de efluentes líquidos e sólidos no leito do Rio Vermelho, em decorrência da ruptura parcial do maciço da barragem de rejeitos. Foram lançados milhões de metros cúbicos, contendo elevados índices de substâncias notoriamente tóxicas e letais, tais como arsênio, cianeto e outros rejeitos químicos, com severíssimos danos ambientais, além de repercussões socioeconômicas e grave risco à saúde pública.

Atualmente, segundo o MP, a situação persiste grave. A Licença de Funcionamento para Extração de Minerais nº 88/2023 está vencida desde maio deste ano, sendo identificadas graves falhas e insuficiências nas medidas implementadas pela Mineração Serra Grande para avaliação, mitigação e compensação dos impactos socioambientais.

Além disso, um relatório de vistoria da Semad detalha observações e considerações sobre os meios biótico, físico e socioeconômico, destacando diversas irregularidades e pontos de preocupação. A vistoria também constatou impactos significativos na população local, incluindo alterações hídricas com diminuição da disponibilidade e deterioração da qualidade da água.

CRIME ORGANIZADO

Justiça condena 18 integrantes de organização criminosa que atuava em Goiás

A Justiça goiana condenou, na terça-feira (25), diversos integrantes de uma organização criminosa que atuava em Goiás, em parceria com o Comando Vermelho. A sentença foi proferida pela juíza Placidina Pires, da 1ª Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa e de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores, no âmbito da Operação Cérbero. Os acusados receberam penas que variam de 5 a 14 anos de reclusão, em regimes semiaberto e fechado.

A investigação revelou uma estrutura organizada e hierarquizada, com atuação dentro e

fora do Presídio Especial de Planaltina (PEP), envolvendo presos, familiares, comparsas e advogados que coordenavam a logística criminosa e o fluxo financeiro da facção.

A apuração foi conduzida pela Polícia Civil de Goiás, por meio da Delegacia Estadual de Investigações Criminais (Deic), com base em dados obtidos na Operação Veritas, que investigou advogados envolvidos no repasse de orientações entre líderes do Comando Vermelho presos e comparsas em liberdade. Ao todo, 21 pessoas foram indiciadas por participação na organização, entre 2021 e 2023.

Estrutura da organização

As investigações identificaram três núcleos de atuação que atuavam de forma integrada, sendo o primeiro os advogados, que intermediavam informações sobre transações do tráfico, administração financeira da facção, aquisição de veículos e cobranças, com destaque para Carla Chaves de Oliveira, já condenada na Operação Veritas, e Jennifer Nayara Caetano de Souza, apontada como elo entre líderes do CV no Rio de Janeiro e presos do PEP, além de Érika Jilliane de Oliveira Sampaio e Ricardo Silvestre da Silva.

Os outros dois núcleos eram

os presos faccionados, com 12 integrantes ligados a conselhos internos da facção, que enviavam ordens para membros em liberdade; e os colaboradores externos, compostos por familiares e comparsas que executavam instruções vindas do presídio, gerenciando compras, repasses e distribuição de drogas e valores.

SENTENÇA E PENALIDADES

Na sentença, a juíza Placidina Pires destacou a robustez da organização, sua hierarquia e divisão de tarefas, seguindo padrões do Comando Vermelho. Segundo a magistrada,

foram extraídos elementos suficientes para responsabilização penal por organização criminosa e associação para o tráfico, nos termos do art. 2º da Lei 12.850/2013 e art. 35 da Lei 11.343/2006. Foram utilizados relatórios policiais, diálogos interceptados e documentos de operações anteriores, como a Veritas e o Inquérito Policial 144/2023 — Deic.

A juíza também reforçou a gravidade dos crimes e a necessidade de medidas cautelares, incluindo prisões preventivas, buscas e apreensões, para preservar a ordem pública e a integridade das investigações.

PODER

ALEGO

Presidente falta à 100ª sessão do ano legislativo

Denise Xavier

Bruno Peixoto tem faltado às sessões ordinárias, transferindo a condução dos trabalhos para o 1º vice-presidente, Issy Quinan

Arthur Oliveira

O presidente da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), Bruno Peixoto (União Brasil), não participou da sessão ordinária que marcou a 100ª reunião plenária do ano legislativo. A condução dos trabalhos ficou, mais uma vez, a cargo do 1º vice-presidente, Issy Quinan (MDB), que tem assumido o comando das sessões diante das ausências recorrentes do titular.

Embora a sucessão seja prevista e legítima dentro da estrutura de comando, a frequência das ausências tem levantado discussões internas sobre a representatividade e a função do líder do Poder Legislativo na rotina de debates e votações.

De acordo com o Regimento Interno da Assembleia, as responsabilidades do presidente vão muito além de meramente



Bruno Peixoto durante atividades parlamentares da semana

sentar-se à cadeira principal durante as deliberações. O texto estabelece que o presidente “representa a Assembleia administrativa, judicial e extrajudicialmente, dentro ou fora dela, regula seus trabalhos e fiscaliza sua ordem, na conformidade deste Regimento”. Quanto às sessões da Assembleia, cabe ao presidente abrir, presidir, sus-

pendar e encerrar as sessões.

A atribuição de representar e regular os trabalhos indica um papel de articulação e fiscalização que exige a presença e a liderança ativa do presidente, especialmente em momentos de intensa discussão política.

ELEIÇÕES 2026

As ausências de Bruno Peixo-

to ocorrem em um momento de intensa movimentação nos bastidores políticos de olho na sucessão estadual e federal de 2026. O presidente da Alego, que atualmente pertence ao União Brasil (com rumores de migração para o PRD), é uma peça-chave do jogo político goiano.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil),

já tem data marcada para deixar a gestão: 4 de abril de 2026. A saída visa cumprir o processo de desincompatibilização, uma vez que o líder do União Brasil planeja disputar a Presidência da República.

Com a renúncia de Caiado, o vice-governador Daniel Vilela (MDB) assumirá o governo do estado, condição que fortalece Vilela, que se tornará o candidato a governador em exercício do poder.

Ao assumir o Palácio das Esmeraldas, Daniel Vilela ganhará, de imediato, um vice: o próprio presidente da Assembleia Legislativa, Bruno Peixoto. O dispositivo legal coloca Bruno Peixoto na linha de sucessão imediata do governo. Na prática, se Daniel Vilela precisar se ausentar do estado, Bruno Peixoto assumirá interinamente o comando do Executivo. Na hipótese de viagem de ambos, o posto será ocupado pelo presidente do Tribunal de Justiça de Goiás, Leandro Crispim.

Neste cenário de articulações e preparativos para 2026, a agenda do presidente da Alego se expande para além das paredes do Legislativo, o que pode justificar o maior número de ausências nas sessões ordinárias em detrimento de compromissos externos de natureza política ou administrativa.

Deputados destinam emendas para conclusão do Memorial Iris Rezende

A sessão ordinária da Alego desta terça-feira (25) foi suspensa para um momento de homenagem e articulação política.

A empresária Ana Paula Rezende, filha do ex-prefeito de Goiânia Iris Rezende Machado, usou a tribuna do plenário que leva o nome do pai para defender a conclusão do Memorial Iris Rezende Machado.

Deputados estaduais anunciaram a destinação de emendas parlamentares que podem ultrapassar R\$ 4 milhões para o projeto.

Em seu discurso, Ana

Paula agradeceu a articulação do deputado Clécio Alves (Republicanos), responsável por coordenar o movimento de apoio ao Instituto Iris Rezende, que executa a obra. Ela lembrou a relação histórica da família com a Casa: “Esta Casa fez parte da minha vida, da história do meu pai”, afirmou.

A empresária destacou que o memorial será mais que um espaço de memória: “Será um lugar vivo, de inspiração e de construção de identidade. Um lugar não se desenvolve se não tem passado. Essa história será

referência para futuras gerações.”

Ana Paula também anunciou a celebração dos 92 anos que Iris Rezende completaria em dezembro. O evento está marcado para 20 de dezembro, durante a edição especial do Programa Deputados Aqui, em Goiânia — no formato preferido de Iris, “em meio ao povo”.

Ela encerrou sua fala reafirmando o propósito de manter ativo o legado do ex-prefeito: “A vida do meu pai transformou a de milhares de pessoas. Por isso, a minha luta é deixar esse exemplo.”

Maykon Cardoso



Ana Paula Rezende participa de sessão ordinária na Alego

ELEIÇÕES 2026

Movimentação revela diferentes estágios entre pré-candidatos ao governo de Goiás

Fotos: Secom

Avanço consistente de Daniel Vilela (MDB) contrasta com dificuldades enfrentadas por Wilder Moraes (PL) e Marconi Perillo (PSDB)



Daniel Vilela se destaca por ter ampliado alianças, reforçado vínculos com prefeitos e assegurado apoios provenientes até de partidos adversários

Da Redação

O mês de novembro marcou um período de intensa movimentação política entre os principais pré-candidatos ao governo de Goiás em 2026. As ações de Daniel Vilela (MDB), Wilder Moraes (PL) e Marconi Perillo (PSDB) evidenciaram ritmos distintos na construção de alianças e na busca por sustentação partidária para o próximo pleito. Enquanto o vice-governador ampliou apoios e fortaleceu a base governista, os dois nomes da oposição enfrentaram divergências internas e dificuldade para avançar em

articulações relevantes.

Ao longo do mês, Daniel Vilela intensificou agendas em todo o estado, especialmente em visitas a municípios e em eventos de lançamento de obras e programas sociais. A exposição frequente ao lado de prefeitos e parlamentares ampliou sua presença política e consolidou seu papel como um dos principais articuladores do grupo

do governador Ronaldo Caiado (União Brasil).

O mês também registrou avanços importantes na ampliação da base governista: lideranças do PL, como o prefeito de Novo Gama, Carlinhos do Mangão, o deputado federal Daniel Agrobom e o deputado estadual Paulo Cezar Martins formalizaram apoio ao emedebista. Outra adesão

de peso veio do prefeito de Cristalina, Dr. Luís Otávio, que deixou o PL em agosto para ingressar no União Brasil e declarou apoio à reeleição de Daniel.

Em sentido oposto, novembro expôs as dificuldades do PL na tentativa de sustentar a pré-candidatura do senador Wilder Moraes ao governo estadual. O parlamentar oficializou sua intenção de disputar o cargo em uma reunião de pequeno porte, acompanhada por apenas oito aliados — entre eles um advogado contratado por ele — e sem a presença de figuras de maior expressão da legenda em Goiás. Longe de representar unidade, o encontro reforçou o processo de dispersão interna, intensificado pelas migrações de quadros do partido para a base governista ao longo do mês.

Nos bastidores, dirigentes do PL seguem discutindo alternativas e possíveis rearranjos, o que mantém em aberto a viabilidade eleitoral do projeto de Wilder para 2026, incluindo a hipótese de o senador recuar da disputa ao governo em troca do apoio da base governista à

candidatura de um nome do PL ao Senado Federal.

Para Marconi Perillo, o mês foi marcado por reveses internos. O ex-governador deixou a presidência nacional do PSDB após um período de encolhimento da sigla no plano nacional e estadual. Em Goiás, sua agenda se concentrou em encontros com lideranças locais de menor expressão, sem o anúncio de novos apoios significativos. A falta de articulações de maior alcance e a dificuldade de reorganizar sua rede política mantém Marconi distante das movimentações centrais da disputa.

No balanço de novembro, Daniel Vilela se destaca por ter ampliado alianças, reforçado vínculos com prefeitos e assegurado apoios provenientes até de partidos adversários. Wilder Moraes e Marconi Perillo, por outro lado, encerram o mês buscando espaços e tentando recompor estruturas partidárias. A dinâmica revela estágios distintos de consolidação entre os pré-candidatos e indica, até aqui, uma vantagem política do grupo governista na preparação para a eleição de 2026.

SANIDADE ANIMAL

Vice-governador reforça preparação permanente de Goiás contra riscos sanitários no rebanho

O vice-governador Daniel Vilela defendeu que o planejamento contínuo é essencial para manter Goiás preparado contra qualquer eventualidade sanitária no rebanho. A afirmação foi feita na quinta-feira (27/11), ao receber estudo sobre os impactos econômicos de um possível foco de febre aftosa, pelo Fundo Emergencial para a Sanidade Animal em Goiás (Fundeppec-GO). Na ocasião, Daniel lembrou que, embora o risco atual seja considerado baixo, a vigilância precisa permanecer rigorosa para garantir respostas imediatas e preservar a competitividade da pecuária goiana.

“Tenho certeza de que isso garantirá que mantenhemos a excelência que já alcançamos em vigilância sanitária e também a robustez de um sistema de defesa agropecuária”, afirmou Daniel, ao destacar também o trabalho do Fundeppec, que por meio de levantamento detalhado reforça a manuten-



Daniel Vilela recebe do Fundeppec o estudo para reforçar as ações de defesa agropecuária em Goiás

ção de iniciativas proativas determinantes para a segurança do setor.

O estudo foi conduzido pela Universidade de São Paulo (USP) e projeta impactos que variam de R\$ 600 milhões a R\$ 9 bilhões, a depender da densidade bovina e da velocidade de detecção do possível foco. Produzido por especialistas ligados à Organização Mundial de Saúde Animal, o

documento oferece simulações estratégicas para toda a cadeia produtiva da carne.

A análise pode orientar decisões futuras, na opinião do titular da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás (Seapa), Pedro Leonardo Rezende. “Mesmo durante o período das políticas tarifárias do mercado americano, o Estado de Goiás conseguiu

aumentar as exportações de carne, o que demonstra essa grande vocação pecuária. É um Estado que tem condição de apresentar todas as garantias sanitárias exigidas pelos principais parceiros comerciais e de conquistar novos mercados”, afirmou.

O novo instrumento técnico apresentado na reunião também foi reconhecido pela Agência Goiana de Defesa

Agropecuária (Agrodefesa) como um avanço relevante. “É um sistema inovador que vai reforçar todo o trabalho de defesa agropecuária. Nosso sistema já é o melhor do Brasil, exportado para mais de 17 estados. Essa ferramenta agrega ao nosso planejamento e ao trabalho que já realizamos”, destacou o presidente da autarquia, José Ricardo Caixeta.

A trajetória da pecuária goiana também foi lembrada pelo presidente do Fundeppec, Alfredo Luiz Correia. “Ao longo das últimas décadas, o setor superou desafios que poucos acreditavam ser possíveis. Desenvolvemos pastagens tropicais, aprimoramos raças e construímos uma pecuária capaz de competir nos mercados mais exigentes, convivendo com ameaças sanitárias constantes. As entidades, produtores, frigoríficos e laticínios precisam caminhar lado a lado”, observou.

PODER

COMPENSAÇÃO

Goiás reforça receita em 11% e amplia participação da mineração

Estado se firma como terceiro maior arrecadador de royalties da mineração no país em 2025, atrás apenas de Minas Gerais e Pará

Lucas de Godoi

Os municípios goianos receberam 11,5% mais recursos provenientes da mineração em 2025. Dados da Agência Nacional de Mineração (ANM) mostram que a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) passou de R\$ 103,3 milhões em 2024 para R\$ 115,3 milhões até novembro. O aumento ocorre em meio ao esforço do governo estadual para ampliar a atividade mineral e diversificar a produção em regiões que dependem dos royalties.

Com isso, Goiás se consolidou como o terceiro estado brasileiro em arrecadação do chamado royalty da mineração, receita que retorna ao município onde a produção ocorre. Até 2023, Bahia ocupava esta posição, que agora caiu para o quarto lugar em volume de produção e, consequentemente, receita da CFEM.

De acordo com os dados levantados pela Tribuna do Planalto no painel da Agência

Divulgação



Estado é protagonista na exploração de terras raras, em Minaçu

Nacional de Mineração, setembro foi o pico do ano, com R\$ 15,6 milhões distribuídos para cerca de 150 cidades que abrigam, em alguma escala, essas atividades.

Neste ano, o comportamento dos repasses mostra variações significativas entre os principais municípios que baseiam as operações no Estado. Em Ouvidor, por exemplo, o orçamento previa pouco mais de R\$ 3 milhões de CFEM para 2025, mas o acumulado já ultrapassa R\$ 13,7 milhões, aproximando-se do montante previsto para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), uma das principais receitas das pequenas cidades.

Em Minaçu, os repasses somam R\$ 8,56 milhões, crescimento de cerca de um terço em comparação com 2024 e mais de 130% acima da previsão municipal. A variação ocorre enquanto o município trabalha sob a perspecti-

SAIBA MAIS

Comparação do crescimento dos repasses da CFEM entre 2024 e 2025

Município	2024 (R\$) (ANO TODO)	2025 (R\$) (ATÉ NOVEMBRO)	Variação (JAN-NOV DE 2024/2025)
Alto Horizonte	23.736.058,63	32.536.886,81	+64,8%
Ouvidor	11.227.293,17	13.732.922,10	+34,6%
Barro Alto	14.798.480,38	12.728.239,30	-5,4%
Catalão	12.157.396,07	11.935.976,40	+8,7%
Minaçu	6.849.177,78	8.566.922,83	+32,4%
Crixás	8.641.515,05	8.083.857,09	+3,8%
Mara Rosa	4.966.124,90	7.635.411,76	+70,4%
Vila Propício	3.201.586,43	2.491.312,32	-17,8%
Indiara	2.837.950,82	2.286.153,81	-8,9%
Santa Rita do Novo Destino	36.157,24	782.108,15	+2.063%*

* (crescimento atípico por base muito baixa)
FONTE: Agência Nacional de Mineração

va de encerramento da exploração de amianto, atividade proibida nacionalmente desde 2017, e passa a operar com a produção de terras raras, hoje a única em funcionamento no Estado.

Já em Alto Horizonte,

maior arrecadador estadual de CFEM, a dependência da mineração (cobre e ouro) fica mais evidente nas contas públicas. O município prevê um orçamento total de R\$ 166,7 milhões para este ano, dos quais R\$ 33 milhões vêm

exclusivamente da compensação mineral, uma fatia maior, inclusive, que a arrecadação prevista do ICMS (R\$ 30,5 milhões).

A CFEM supera também receitas próprias relevantes, como o ISSQN (R\$ 17,8 milhões), e se mantém como a principal fonte individual de financiamento do município.

O cenário é diferente em Barro Alto, que recebeu R\$ 12,7 milhões até novembro, abaixo dos valores do ano anterior e menor que o previsto no orçamento para 2025. Já Catalão registra números estáveis, com R\$ 11,9 milhões e variação moderada em relação ao ano passado.

TERCEIRO DO PAÍS

Desde 2024, Goiás aparece entre os estados que mais receberam recursos da CFEM no país, com R\$ 28,8 milhões distribuídos entre janeiro e novembro.

Esse volume consolida o Estado no terceiro maior patamar nacional, à frente da Bahia e atrás apenas de Pará e Minas Gerais, que seguem como potências absolutas da mineração no Brasil. Juntos, eles concentram mais de 80% de toda a arrecadação mineral do ano.

O resultado de Goiás é puxado por municípios como Alto Horizonte, Catalão, Barro Alto, Ouvidor e Crixás, com uma arrecadação que vem de uma cadeia mais diversificada, com produção relevante de níquel, cobre, nióbio, fosfato e ouro.

Goiás mira novas oportunidades com avanço das terras raras

Há um ano, a Mineração Serra Verde iniciou a produção comercial do concentrado misto de terras raras da Fase I de seu depósito no Pela Ema, localizado no município de Minaçu. Na época, o presidente da Serra Verde Pesquisa e Mineração e COO do Grupo Serra Verde, Ricardo Grossi, afirmou que era "uma nova fase na história de mineração do país".

Dados do Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS) mostram que o Brasil possui a segunda maior reserva de terras raras do mundo, ficando

atrás apenas da China. Com isso, Goiás entrou no mapa como um dos estados brasileiros com maior potencial de expansão diante do interesse global por estes minerais essenciais para tecnologias de transição energética que movimentam bilhões de dólares no mundo.

Neste ano, o Governo de Goiás estruturou uma política própria para atrair investimentos e avançar na industrialização local dos minerais estratégicos. Lei aprovada pela Assembleia Legislativa criou a Autoridade Estadual de Minerais Críticos (Amic-

GO), definiu as Zonas Especiais de Minerais Críticos (Zemc) e estabeleceu o Fundo Estadual de Desenvolvimento dos Minerais Críticos (FEDMC), que vai financiar projetos e estimular a cadeia produtiva.

No final de agosto, representantes do Japão visitaram Goiás para discutir a abertura de mercado para o país e recebeu empolgação do governador Ronaldo Caiado (UB). Segundo ele, o país está vivendo uma "época colonial" na exploração do material e Goiás sai na

frente dos demais estados buscando a parceria com o país asiático, hoje, muito dependente da China.

"Estamos buscando a tecnologia japonesa e um fundo de pesquisa mineral. Com isso, nós queremos transformar as terras raras", disse Ronaldo Caiado.

Além de Minaçu, entraram no mapa cidades como Nova Roma, que tem um projeto em fase avançada com cerca de 168 milhões de toneladas estimadas; Iporá, identificada pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB) como nova frente de ocor-

rências e alvo de empresas que buscam fornecedores fora da China; e Montes Claros de Goiás, destacado pela ANM na Província Estanífera por suas formações graníticas favoráveis.

Estudos usados pelo Governo de Goiás na criação da Amic-GO também apontam Catalão e outros municípios da província granítica como áreas de potencial relevante, reforçando que o estado reúne diversidade geológica e projetos em desenvolvimento capazes de inseri-lo no mercado internacional dos minerais críticos.



ANÁPOLIS

Anapolinos denunciam falta de fitas de medição de glicemia para diabéticos

A Secretaria de Saúde de Anápolis garantiu que está trabalhando para normalizar a entrega dos insumos

Carlos Nathan Sampaio

Moradores de Anápolis voltaram a relatar dificuldades no acesso às fitas de medição de glicemia distribuídas pelo município. Uma das denúncias foi feita pelo vendedor Paulo Henrique Barbosa nas redes sociais do prefeito Márcio Corrêa. Ele disse que há praticamente um mês diabéticos estariam sem receber o insumo essencial. Insulinodependente, ele afirma estar arcando com os custos por conta própria para evitar crises de hipoglicemia ou hiperglicemia. “É um absurdo, pois é um direito nosso. Meu processo administrativo está vencendo e tenho que correr atrás da renovação, mesmo sem ter recebido as fitas do mês atual. Como renovar

Reprodução



A Fita de medição de glicemia é um item essencial para o monitoramento diário de pessoas com diabetes

algo que a prefeitura nem está entregando?”, questionou. Segundo ele, a situação tem gerado insegurança e desgaste nos pacientes que dependem do acompanhamento diário.

As fitas de medição, também chamadas de tiras reagentes, são itens fundamentais no manejo do diabetes. Elas funcionam por meio de uma reação química que, ao entrar em contato com uma pequena gota de sangue coletada na ponta do dedo,

permite que o glicosímetro faça a leitura da quantidade de glicose presente. O processo dura poucos segundos. O uso é simples: o paciente insere a fita no aparelho, realiza a punção com a lanceta e deposita a gota de sangue na extremidade indicada. O equipamento então calcula automaticamente o nível glicêmico.

O objetivo desse monitoramento é evitar oscilações perigosas e ajudar no ajuste das doses de insulina ou de

medicamentos. A frequência de uso varia conforme orientação médica, mas, para quem depende de insulina, a recomendação costuma ser medir a glicemia várias vezes ao dia — antes das refeições, ao acordar, antes de dormir e sempre que houver sintomas de alteração. Por isso, a falta do material compromete diretamente o tratamento e pode causar riscos graves à saúde.

A interrupção no fornecimento tem preocupado

moradores que dependem exclusivamente da rede pública para manter o cuidado regular. Além da ausência das fitas, pacientes relatam burocracia para renovar processos administrativos, o que agrava ainda mais o problema.

Em resposta às reclamações, a Secretária Municipal de Saúde de Anápolis confirmou a situação e garantiu que está trabalhando para normalizar a entrega dos insumos. Segundo a pasta, os itens teriam “fracassado na última licitação”, o que ocasionou o atraso. A previsão é que a distribuição seja retomada na próxima semana. A secretaria reforçou que permanece à disposição para esclarecimentos na SEMUSA e afirmou que a prioridade é garantir o direito dos pacientes que dependem do material para controlar a doença.

Enquanto aguardam a regularização, diabéticos seguem pedindo uma solução definitiva para evitar que situações semelhantes se repitam. Para eles, o acesso contínuo às fitas não é apenas uma comodidade, mas uma questão de segurança e sobrevivência.

Anápolis acelera desburocratização com novos serviços digitais

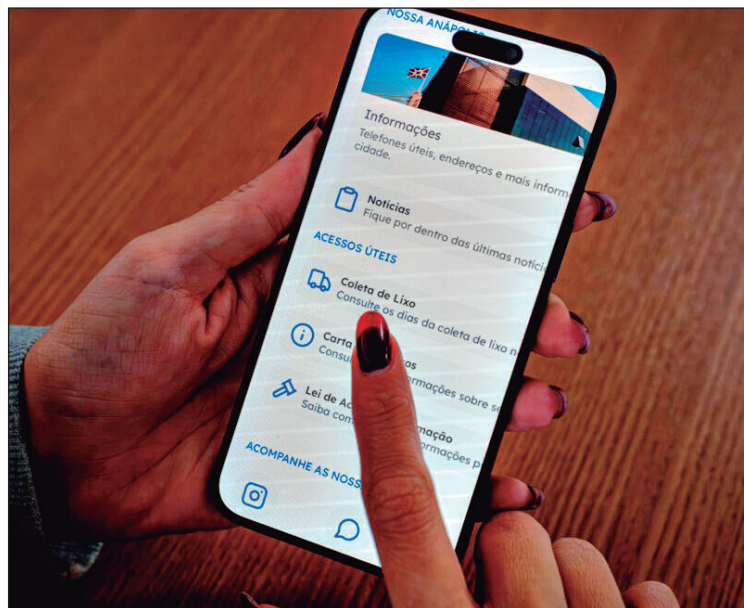
A Prefeitura de Anápolis vem intensificando sua agenda de modernização administrativa com duas iniciativas que reforçam a digitalização dos serviços públicos e a redução da burocracia no município. Nesta semana, passaram a funcionar a Ficha Cadastral de Imóvel online e a nova ferramenta do aplicativo Conecta Anápolis para consulta do cronograma de coleta de lixo. As ações, voltadas tanto ao setor produtivo quanto ao dia a dia dos moradores, consolidam o avanço da cidade rumo a uma gestão mais ágil, eficiente e centrada no usuário.

A disponibilização digital da Ficha Cadastral de Imóvel representa um marco para construtoras, incorporadoras, imobiliárias e demais profissionais que dependem do documento para realizar transações e regularizações. Antes limitada ao atendimento presencial ou por

mensagens, a emissão gerava filas, esperas e deslocamentos desnecessários. Agora, com poucos cliques no Portal do Cidadão, qualquer proprietário pode acessar, visualizar e baixar o documento usando login e senha.

O novo formato é resultado de articulação entre a Secretaria Municipal de Economia e o Sinduscon Anápolis. Participaram das discussões o diretor da Receita Municipal, Erick Azevedo Monte, o diretor de Crédito Imobiliário do Sinduscon, José Franco, e o secretário de Economia, Marcelo Olímpio. A principal demanda apresentada pelo setor foi justamente a necessidade de um sistema mais rápido e moderno, capaz de dar autonomia aos empresários e acelerar o fluxo de negócios imobiliários. Segundo a pasta, a digitalização reduz etapas, economiza tempo e fortalece o ambiente

Paulo de Tarso



Com poucos cliques, moradores de Anápolis acessam novos serviços digitais da Prefeitura

de negócios local.

Outra frente de inovação é a atualização do aplicativo Conecta Anápolis, que agora permite consultar facilmente o dia e o horário da coleta de lixo em cada bairro. Desenvolvida pela Subsecretaria de Zeladoria, a fun-

cionalidade busca facilitar a organização dos moradores e melhorar a eficiência do serviço. Para o secretário de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente, Thiago de Sá, dar ao cidadão acesso direto ao cronograma contribui para

evitar o acúmulo de resíduos e elevar a qualidade da limpeza urbana.

Lançado em julho, o Conecta Anápolis já reúne diversos serviços públicos em uma única plataforma, como acompanhamento de solicitações, agendamento em Unidades de Saúde da Família, envio de demandas urbanas e acesso a notícias e documentos oficiais. Com a nova função, o app se torna ainda mais completo, reforçando a proposta de aproximar governo e população por meio da tecnologia.

As ações mostram que Anápolis segue consolidando um modelo de gestão baseado em inovação e praticidade. Seja no apoio ao setor econômico, seja na oferta de serviços cotidianos, a digitalização vem se firmando como ferramenta estratégica para simplificar processos, ampliar o acesso e garantir mais eficiência à administração pública.



ESPORTE



Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

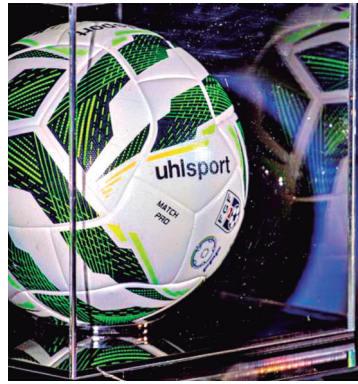
Goianão começa em 10 de janeiro. FGF divulga tabela

O Goianão do próximo ano tem início confirmado para o dia 10 de janeiro. A primeira rodada acontece no sábado com quatro jogos e duas partidas no domingo, dia 11. O jogo que abre oficialmente o campeonato será entre o estreante Centro Oeste e Aparecidense. O Vila Nova, atual campeão goiano, visita a Abecat, no mesmo dia, o Atlético Goianiense recebe o Anápolis no estádio Antônio Accioly. O Goiás também estreia em casa. Recebe a visita do Goiatuba no domingo, às 16h na Serrinha.

Os primeiros clássicos acontecem na terceira rodada. No dia 18 de janeiro, Atlético e Goiás se enfrentam no estádio Antônio Accioly. No mesmo dia, o Crac terá pela frente a Abecat, na Arena Reifertil, em Catalão. Duas rodadas depois, em 25 de janeiro, será a vez do clássico entre Vila Nova e Atlético, no Onésio Brasileiro Alvarenga. Na sétima rodada, prevista para acontecer no dia 1º de fevereiro, o Goiás recebe o Vila Nova no estádio Hailé Pinheiro. No dia 8 de fevereiro, última rodada da primeira fase, o Jonas Duarte será palco para o clássico da cidade entre Anápolis e Anapolina.



Goianão 2026 começa em 10 de janeiro



A bola vai rolar no torneio com novo formato

Veja as partidas das três primeiras rodadas:

1ª RODADA

Centro Oeste x Aparecidense - 10 de janeiro - sábado - a definir
 Jataiense x Crac - 10 de janeiro - sábado - Arapuçã
 Atlético x Anápolis - 10 de janeiro - sábado - Antônio Accioly
 Abecat x Vila Nova - 10 de janeiro - sábado - Luiz Benedito
 Goiás x Goiatuba - 11 de janeiro - domingo - Hailé Pinheiro
 Anapolina x Inhumas - 11 de janeiro - domingo - Jonas Duarte

2ª RODADA

Vila Nova x Anapolina - 14 de janeiro - Quarta - OBA
 Inhumas x Abecat - 14 de janeiro - Quarta - Zico Brandão
 Goiatuba x Jataiense - 14 de janeiro - Quarta - Divino Garcia Rosa
 Anápolis x Centro Oeste - 14 de janeiro - Quarta - Jonas Duarte
 Aparecidense x Atlético-Go - 15 de janeiro - Quinta - Aníbal Batista de Toledo
 Crac x Goiás - 15 de janeiro - Quinta - Arena Reifertil

3ª RODADA

Centro Oeste x Jataiense - 17 de janeiro - Sábado - A definir
 Anápolis x Vila Nova - 17 de janeiro - Sábado - Jonas Duarte
 Crac x Abecat - 18 de janeiro - Domingo - Arena Reifertil
 Goiatuba x Anapolina - 18 de janeiro - Domingo - Divino Garcia Rosa
 Aparecidense x Inhumas - 18 de janeiro - Domingo - Aníbal Batista de Toledo
 Atlético x Goiás - 18 de janeiro - Domingo - Antônio Accioly

No Goiás, o desafio da reformulação

Como renovar um grupo que fracassou na temporada, se mais de 70% do elenco que terminou o ano de 2025 possui vínculo para o ano seguinte? De 34 jogadores que terminaram o ano, 25 têm contratos para 2026. No meio da temporada, o meia Martin Benitez e o volante Rodrigo Andrade deixaram o Goiás. Antes, saíram os atacantes Facundo Barceló e Breno Herculano. No comando técnico, o clube demitiu Jair Ventura e Vagner Mancini.

Acordos que foram realizados com os dois treinadores deverão se repetir com atletas que possuem vínculos contratuais, mas não estão nos planos para a próxima temporada. Essas pendências só serão resolvidas depois da chegada do novo diretor de futebol. Michel Alves, atualmente no Novorizontino, está em negociação com a diretoria esmeraldina, devendo acertar sua vinda para o Goiás nos próximos dias.

Comenta-se nos bastidores que o Goiás já tem três jogadores praticamente contratados, sendo um zagueiro, um volante e um meia de armação. Wellington Rato segue em processo de recuperação da cirurgia no joelho. Ele terá seu vínculo contratual renovado e permanecerá em Goiânia até sua total recuperação. O atacante Kadu, que pertence ao Anápolis, foi contratado por empréstimo. Uma aposta da diretoria em um jogador que se destacou no time anapolino nas competições de 2025.

Edson Carioca, atacante emprestado para o Mirassol, volta ao Goiás e tem sua situação indefinida. O jogador tem mais dois anos de contrato com o time da Serrinha, se o Mirassol não manifestar interesse em sua permanência, deverá ser negociado em um novo empréstimo ou até mesmo em definitivo, já que o Goiás não tem interesse em sua permanência. Dois jogadores do atual elenco interessam ao clube, mas dificilmente permanecerão. Rafael Gava e WillelanLepo serão procurados para uma possível renovação de contrato. A situação de WillelanLepo é mais complicada. O Vitória-BA, dono dos direitos federativos do atleta, não tem interesse em emprestar o jogador novamente. Quer negociá-lo em definitivo

No Vila, dispensas e renovações

Pelos lados do Vila Nova, a diretoria segue movimentando o elenco de jogadores, visando a formação do grupo que vai disputar as competições de 2026. O Clube encaminhou as renovações de contrato com o volante João Vieira e o atacante Emerson

Urso. Os dois jogadores já tinham vínculo até o final do próximo ano, mas os dirigentes do Colorado entenderam ser importante prorrogá-los até o final de 2027.

Outro jogador que vai permanecer no Vila é o goleiro Halls. O jogador passou

por altos e baixos na temporada, mas será aproveitado no elenco em 2026. Halls, João Vieira e Emerson Urso vão se juntar aos zagueiros Weverton e Pedro Romano, ao lateral esquerdo Willian Formiga, e ao zagueiro Thiago Pagnussat, que tam-

bém farão parte do grupo para a próxima temporada.

Por outro lado, o Vila já tem 14 jogadores com saídas confirmadas. Além do veterano volante Ralf, já se desligaram do Tigre o goleiro Kozlinski, o lateral direito Thalys, o zagueiro Walisson

Maia, os volantes Mitcov, Arilson, Nathan Melo e os meias Igor Henrique, Jean Mota e Dodô. Os atacantes Júnior Todinho, Gabriel Poveda, Guilherme Parede e Bruno Mendes completam a lista dos atletas dispensados pelo Vila.

✓ O meia Rafael Gava pode deixar o Goiás e aparecer como novidade no Atlético Goianiense. Ainda sem confirmação oficial, o Dragão teria demonstrado interesse em ter o jogador no elenco para a próxima temporada.



Nova contusão no joelho tira Neymar da Copa do Mundo

✓ Neymar está fora do Santos e da Copa do Mundo de 2026. O jogador apresentou uma nova lesão no menisco do joelho esquerdo, justamente na mesma articulação operada em 2023.

✓ O Goiás decidiu não renovar contrato com a maioria dos jogadores que tem vínculo encerrado em dezembro próximo. Wellington Matheus, Gonzalo Freitas e Lucas Lovat já deixaram o alviverde.



Anselmo Ramon pode vestir a camisa do Vila Nova

✓ Anselmo Ramon no Vila Nova? Especulações que circularam durante a semana que passou dão conta do interesse do Vila pelo veterano atacante

esmeraldino. Por enquanto, ninguém confirma.

✓ A torcida quer mais jogadores fora do Goiás em 2026. Messias, Moraes, Marcão, Anselmo Ramon, todos com contrato em vigor, não devem ficar, se prevalecer a vontade da torcida esmeraldina.

✓ O meia Jorginho encerra definitivamente sua história com o Atlético Goianiense. O jogador, de 34 anos, está sem atuar desde 1º de setembro de 2024, após um longo período de recuperação de lesão no tendão de Aquiles.

✓ A torcida do Goiás quer saber: quem é o mandatário maior do clube? Quem dá as cartas por lá? Por que não se apresenta aos veículos de comunicação para assumir publicamente os problemas e soluções para a agremiação? Até quando o Goiás vai disputar o campeonato goiano sem vencê-lo? Até quando o Goiás vai permanecer na série B?

ESCOLA

VAGAS

Goiânia estabelece novo sistema de matrículas para 2026

Prefeitura substituiu o modelo de "corrida por vagas" por um sistema de pontuação que beneficia crianças em situação de vulnerabilidade

Dhayane Marques

A Prefeitura de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SME), divulgou o cronograma para as matrículas do ano letivo de 2026 na rede municipal de ensino. A principal novidade é a implantação da Central de Vagas da Educação Infantil, um sistema único de gestão que substituiu o modelo anterior, conhecido como "corrida de cavalo", onde a vaga era garantida por ordem de chegada no sistema online.

De acordo com o secretário-executivo de Educação, Jaime Ricardo Ferreira, o novo modelo priorizará famílias em situação de vulnerabilidade. "A central de vagas é um sistema único de gestão de matrículas. Em vez de a família procurar escola por escola, faz um único cadastro, e a prefeitura organiza a oferta de forma transparente, organizada e justa", explicou Ferreira.

A Central de Vagas funcionará em formato híbrido, com atendimento presencial na sede da SME, localizada na Rua 226, nº 795, no Setor Leste Universitário, de segunda a sexta, das 8h às 17h. Paralelamente, o cadastro antecipado, solicitação de vagas para CMEIs/CEIs e pré-matricula online podem ser realizados através do site da SME (www.sme.goiania.go.gov.br). As famílias podem acessar o sistema para consultar disponibilidade de vagas e acompanhar o andamento das solicitações.

Para ampliar o acesso, as Coordenadorias Regionais



Goiânia ofertará 27 mil vagas na educação infantil para 2026

FIQUE ATENTO ÀS DATAS!

até 08.12

Cadastro antecipado e validação para novos estudantes, além da renovação de matrícula para alunos já da rede

19.12

Abertura do sistema para solicitação de transferências internas.

05.01.2026

Início das matrículas para novatos no Ensino Fundamental.

06.01.2026

Realização da pré-matricula para novatos na educação infantil (crianças de 6 meses a 5 anos e 11 meses).

de Educação (CRES) também servirão como postos de orientação às famílias, assegurando atendimento próximo e descentralizado.

COMO FUNCIONA A CENTRAL DE VAGAS

A central unificará a gestão de vagas para creches e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs). O sistema atribuirá uma pontuação a cada criança com base em critérios de prioridade estabelecidos. As famílias poderão fazer o cadastro de forma online ou presencial, com agendamento. "Se o pai não sabe mexer no sistema, ele vai na central de

vagas. Isso não existia. A central era só online, agora ela é presencial também", explicou Ferreira.

A fila de espera será zeraada anualmente, exigindo que as famílias realizem um novo cadastro a cada ano. "Cada ano a criança está em outra idade, e a gente precisa colocar ela em outro agrupamento. Então os pais fazem novamente a solicitação de vaga para a criança em 2026", complementou o secretário-executivo.

CRITÉRIOS DE PRIORIDADE PARA AS VAGAS

Os critérios para matrículas na rede municipal de

Goiânia em 2026 seguem nota técnica do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação em Goiás (GAEPEGO). O documento orienta a criação de filas de espera com base em critérios de vulnerabilidade.

"O princípio fundamental é priorizar as famílias em maior situação de vulnerabilidade", afirmou o secretário-executivo municipal de Educação, Jaime Ferreira.

Segundo o GAEPEGO, quase 38 mil crianças esperam vaga em creches e outras 7 mil aguardam na pré-escola em todo o estado. O levantamento mostra que 63% dos municípios goianos não têm planejamento para expandir vagas na educação infantil.

EXPANSÃO DE VAGAS

Para o ano letivo de 2026, a rede municipal oferecerá 27 mil vagas para novos estudantes na educação infantil. E aproximadamente 1,3 mil são vagas inéditas em Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), que serão criadas com a entrega de 52 novas salas de aula.

O secretário-executivo de Educação, Jaime Ricardo Ferreira, afirmou que a prioridade são as famílias em

SAIBA MAIS

As situações com maior pontuação (10 pontos) são:

- ✓ Crianças vítimas de violência doméstica ou familiar.
- ✓ Filhos de mulheres em situação de violência doméstica ou familiar.
- ✓ Crianças em situação de acolhimento institucional ou em família acolhedora.

Outros critérios, com 8 pontos, incluem:

- ✓ Criança com deficiência (com laudo médico).
- ✓ Criança cujo responsável legal seja idoso (60 anos ou mais) ou pessoa com deficiência.
- ✓ Famílias contempladas por programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, devidamente inscritas no CadÚnico.
- ✓ Famílias monoparentais (mãe ou pai solteiro).
- ✓ Filho de pai ou mãe adolescente.
- ✓ Famílias em que todos os responsáveis legais são economicamente ativos e comprovem vínculo trabalhista.

situação de vulnerabilidade. "O prefeito Sandro Mabel tem uma determinação muito clara: ele quer todas as crianças matriculadas nos CMEIs, com acesso garantido à educação infantil. O compromisso dessa gestão é dar largada primeiro para as crianças e para as famílias que mais precisam", finalizou Ferreira.

A ação faz parte do programa "Goiânia Mais Humana" e busca reduzir o déficit de vagas na educação infantil, principalmente para crianças de 0 a 3 anos. Com as novas vagas e o sistema de matrículas por critérios sociais, a prefeitura busca tornar o acesso à educação infantil mais justo na cidade.